



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

**HABEAS CORPUS Nº 638700 - SC (2021/0001637-3)**

**RELATOR** : **MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA**  
**IMPETRANTE** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SANTA CATARINA  
**ADVOGADOS** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SANTA CATARINA  
DANIEL DEGGAU BASTOS - SC030139  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA  
**PACIENTE** : CLAUDINEI BARBOSA DE OLIVEIRA (PRESO)  
**PACIENTE** : VANDERLEI SIQUEIRA (PRESO)  
**PACIENTE** : ANDREI FELIPE RODRIGUES (PRESO)  
**PACIENTE** : MICHEL FERNANDO DE LIMA ANTUNES (PRESO)  
**CORRÉU** : WELLINGTON CHRISTIAN CASTANHA HIRT  
**CORRÉU** : POLIANA DE OLIVEIRA FELIZ  
**CORRÉU** : KALLYNCA ARTEAGA VASCONCELOS DE SOUZA  
**CORRÉU** : ELIANE DE OLIVEIRA  
**CORRÉU** : DORLEI NARCISO JUNIOR  
**CORRÉU** : CARLA APARECIDA NOVAIS GOMES  
**CORRÉU** : ANA PAULA FELIZ  
**CORRÉU** : ADRIANA DE OLIVEIRA FELIZ  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA

### DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de CLAUDINEI BARBOSA DE OLIVEIRA, VANDERLEI SIQUEIRA, ANDREI FELIPE RODRIGUES e MICHEL FERNANDO DE LIMA ANTUNES em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA (HC n. 5038126-93.2020.8.24.000).

Os pacientes foram presos preventivamente, pela suposta prática dos crimes de tráfico de drogas e de associação para o tráfico.

A impetrante sustenta a falta de fundamentação idônea da decisão que decretou a prisão preventiva dos pacientes, pois foi genérica e não se baseou em elementos concretos.

Requer, liminarmente, a concessão da ordem para que os pacientes respondam em liberdade, com a expedição de alvará de soltura. No mérito, pugna pela confirmação da ordem.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão, pois do voto condutor se extrai (fl. 98):

Embora não tenha demonstrado o risco à instrução criminal ou à aplicação da lei penal, a Magistrada a quo justificou a necessidade de salvaguardar a ordem pública, haja vista a gravidade concreta das condutas. Ponderou os indicativos, bem expostos pelo órgão do Ministério Público, de que os pacientes e os demais investigados constituíram associação criminosa relevante, que era responsável pela comercialização de considerável quantidade de drogas nos bairros Bela Vista e Sufiatti, além de fornecê-las para localidades vizinhas.

[...]

Diferentemente do alegado na impetração, as decisões combatidas não carecem de fundamentos e não incidiram nos vícios constantes do art. 489, § 1º, do Código de Processo Civil (reprimidos pelo art. 315, § 2º, do Código de Processo Penal), tampouco se basearam apenas em meras suposições e em elementos abstratos. Foram apontadas circunstâncias concretas que indicam a dedicação prolongada à narcotráfica, desenvolvida de forma associada, e a possibilidade de reiteração criminosa, circunstâncias que revelam a imprescindibilidade da prisão preventiva e a insuficiência das medidas cautelares diversas da prisão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 09 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente